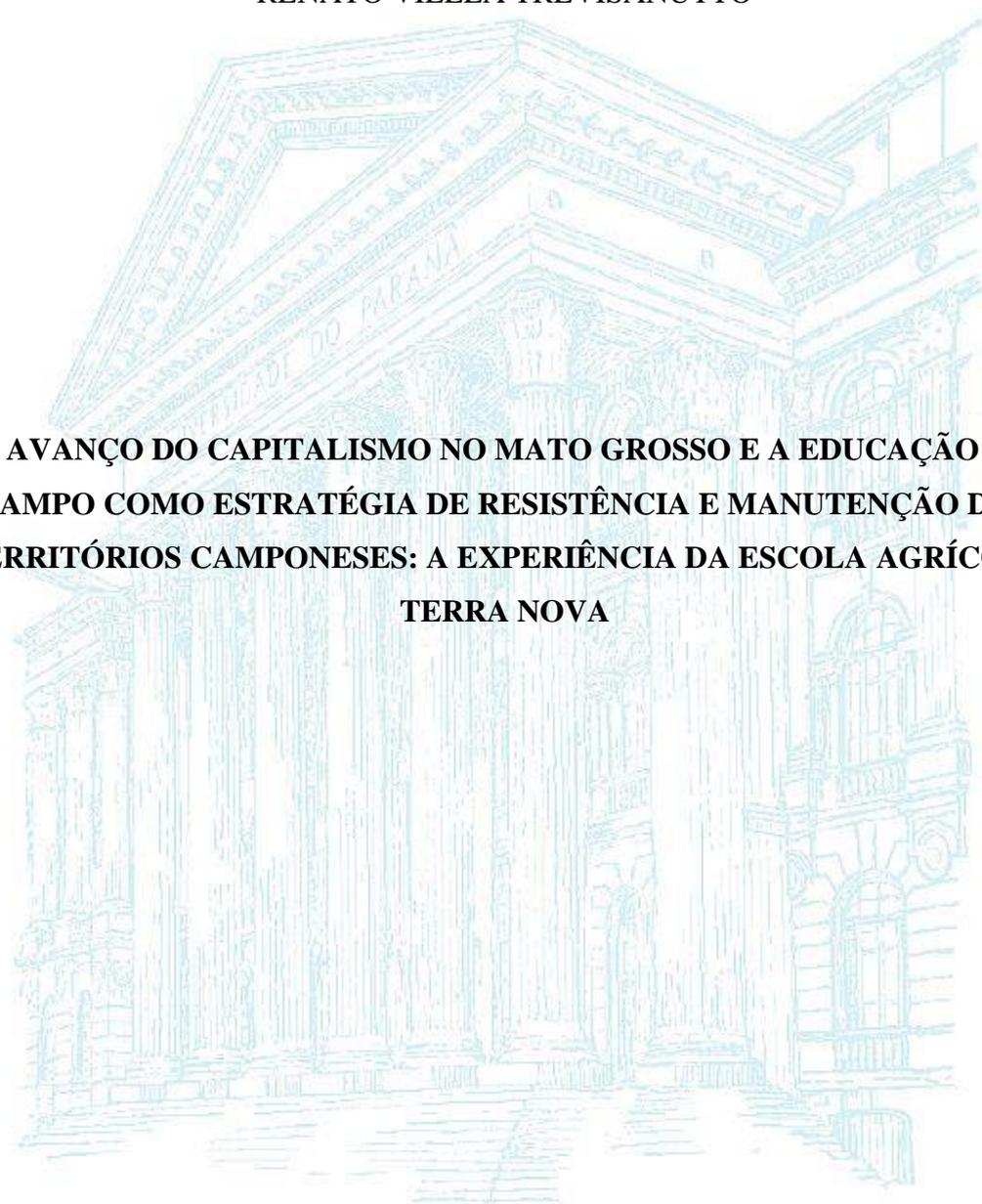


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATO VILELA TREVISANUTTO



**O AVANÇO DO CAPITALISMO NO MATO GROSSO E A EDUCAÇÃO DO
CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DOS
TERRITÓRIOS CAMPONESES: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA
TERRA NOVA**

LAPA

2018

RENATO VILELA TREVISANUTTO

**O AVANÇO DO CAPITALISMO NO MATO GROSSO E A EDUCAÇÃO DO
CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DOS
TERRITÓRIOS CAMPONESES: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA
TERRA NOVA**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial para a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Lourival Fidelis

Co-orientadora: Ândrea Francine Batista

LAPA

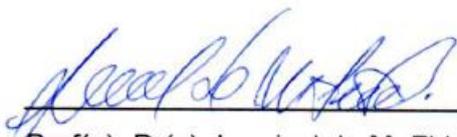
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

RENATO VILELA TREVISANUTTO

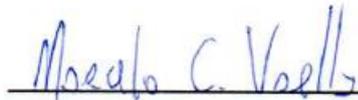
O AVANÇO DO CAPITALISMO NO MATO GROSSO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA TERRA NOVA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada (o) em Educação do Campo habilitação em Ciências da Natureza.



Prof(a). Dr(a). Lourival de M. Fidelis

Orientador(a) – Licenciatura em Educação do Campo, UFPR



Prof(a).Dr.(a) Marcelo C. Varella

Licenciatura em Educação do Campo, UFPR



Prof(a). Dr.(a) Nei Orzekovski

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST

Matinhos, 15 de Outubro de 2018.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho objetiva em analisar o avanço do capitalismo agrário no Norte do Estado de Mato Grosso, a sua expansão através dos processos históricos migratórios e a suas consequências frente ao modelo de campo proposto hegemônico. Neste sentido, enquanto contraponto apresenta uma proposta hegemônica de modelo de campo a Educação do e no Campo como forma de resistência e manutenção dos territórios camponeses. Partindo da organização popular, movimentos sociais, processos de resistência são objetivados e materializados no campo da resistência, a participação do intelectual orgânico nos processos de educação não formal fortalece a luta de resistência. Por fim a experiência da Escola Agrícola Terra Nova, que diante da realidade inserida se apresenta como instrumento de resistência dos camponeses nos territórios, sendo que isso se dá na efetivação do processo de formação que a Escola desenvolve a partir da materialização do teórico prático que desenvolve. Neste sentido o papel da Escola Agrícola Terra Nova tem se consolidado a partir do campo da diversificação da produção, tendo como materialidade a agroecologia e assim a manutenção da juventude no campo, com vista na formação humana e transformação do concreto pensado. Desta forma, para a realização do presente trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e trabalho de campo, para além do próprio envolvimento prático no processo da luta e resistência junto aos povos do campo, águas e florestas.

Palavras-chave: Mato Grosso; Resistência; Territórios Camponeses; Escola Agrícola Terra Nova.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar el avance del capitalismo agrario en el Norte del Estado de Mato Grosso, y su expansión a través de los procesos históricos migratorios, y así a sus consecuencias frente al modelo de campo propuesto hegemónico. En este sentido mientras contra punto la propuesta hegemónica de modelo de campo la Educación del y en el Campo como forma de resistencia y mantenimiento de los territorios campesinos. A partir de la organización popular, movimientos sociales, procesos de resistencia son objetivados y materializados en el campo de la resistencia, la participación del intelectual orgánico en los procesos de educación no formal fortalece la lucha de resistencia. Por fin la experiencia de la Escuela Agrícola Tierra Nova, que ante la realidad inserta se presenta como instrumento de resistencia de los campesinos en los territorios, siendo que eso se da en la efectivación del proceso de formación que la Escuela desarrolla a partir de la materialización del teórico práctico que desarrolla. En este sentido el papel de la Escuela Agrícola Terra Nova se ha consolidado a partir del campo de la diversificación de la producción, teniendo como materialidad la agroecología y así el mantenimiento de la juventud en el campo, con vistas a la formación humana y transformadora del concreto pensado. Así para la realización del presente trabajo, se utilizó de investigación bibliográfica, documental, entrevistas y trabajo a campo, además del propio involucramiento práctico en el proceso de la lucha y resistencia junto a los pueblos del campo agua y bosques.

Palabras clave: Mato Grosso; Resistencia; Territorios Campesinos; Escuela Agrícola Tierra Nova.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Propaganda de Incentivo aos processos migratórios (1930)	16
Figura 02 - Formação realizada pelo MAB	28
Figura 03 – Organicidade Pedagógica da Escola Agrícola Terra Nova	37

LISTA DE SIGLAS

CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
ELAA	- Escola Latino Americana de Agroecologia
EUA	- Estados Unidos da América
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MG	- Minas Gerais
MST	- Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	- Mato Grosso
ONGs	- Organização não Governamentais
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PIN	- Programa de Integração Nacional
PPP	- Projeto Politico Pedagógico
RJ	- Rio de Janeiro
SUPRA	- Superintendência de Política Agrária
OIT	- Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CAPITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PROCESSO HISTÓRICO ATUA	12
2. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E RESISTÊNCIA ORGÂNICA: PRESENÇA DE MOVIMENTOS E PASTORAIS SOCIAIS, ONGS E SINDICATOS	25
3. EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: RESISTÊNCIAS, CONTRADIÇÕES E A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA TERRA NOVA	30
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das investigações realizadas durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral em parceria com a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA)

O objetivo que percorreu esta pesquisa foi o de analisar a expansão do capital no campo matogrossense, em especial da região norte; e neste contexto o papel da educação do e no campo como parte de uma resistência contra-hegemônica.

A partir deste objetivo se desdobrou outros específicos os quais elencamos a seguir: identificar as estratégias do capitalismo agrário no Estado do Mato Grosso; elencar as estratégias de reafirmação do ser camponês frente ao avanço do capital na região da Amazônia mato-grossense; e, sistematizar a experiência da Escola Agrícola de Terra Nova (Município de Terra Nova do Norte – MT), tendo como foco a resistência ao capital no campo.

O autor compreende que este tema tem fundamental importância devido ao seu envolvimento direto com a construção de processos de resistência camponesa através de movimento social neste território. Um território marcado pelo avanço do capital no campo sob forma do agronegócio e do hidronegócio os quais levam, em consequência, a desterritorialização de povos camponeses, indígenas e afrodescendentes.

O norte mato-grossense vem sofrendo influências diretas frente ao avanço do capital, assim, entender como o capitalismo agrário se movimenta se faz necessário a fim de traçar estratégias para a manutenção dos territórios dos povos tradicionais e camponeses. Neste sentido, apresentar a Educação do Campo como parte desta estratégia se faz de suma importância, pois a escola é um campo de disputa de projeto de campo.

Diante deste contexto, a partir da fixação do agronegócio como uma das peças fundamentais para a manutenção do capitalismo no Brasil, medidas de sustentação são adotadas para dar suporte a sua estratégia de viabilidade econômica. Com a saturação territorial no sul do país e com a necessidade cada vez mais de se firmar e se expandir o capital no campo, o Governo brasileiro lança a partir da década de 1970, campanhas a fim de “ocupar” territórios desconhecidos e ditos despovoados no eixo Centro-Norte do Brasil.

Campanhas como “Gente sem terra, para terras sem gente” aguçaram a curiosidade de milhares de trabalhadores que se aventuram a “desbravar” os estados situados mais ao norte do país. Tendo em vista estas políticas de ocupação da Amazônia

[...] 57% dos migrantes da década de 70 que foram para o Mato Grosso, eram provenientes do Centro-Sul do país, especialmente do Paraná que contribuiu com mais de 21% deste contingente (97.000 pessoas). No total, mais de 456.000 pessoas migraram no e para o estado de Mato Grosso. Este processo migratório fez com que a população do estado crescesse 86% entre 1970 e 1980 (OLIVEIRA, 2016, p.159).

Para tal momento, tem-se como um grande salto do desenvolvimento do país, pois milhares de famílias têm a chance de ter seu pedaço de terra, onde antes eram empregados de fazendas, parceiros, arrendatários, meeiros, boias-frias entre outras conotações. Neste sentido, os chamados “territórios selvagens” começaram a ser ocupados e abertos. Porém, segundo PICOLI (2005), na Amazônia o projeto articulado pelo Estado em conjunto com o capital não foi para trazer a felicidade aos povos da floresta. Pelo contrario, foi para expulsá- los de suas terras e promover a expansão dos grupos econômicos na região. E conclui que o objetivo principal foi instalar grandes complexos agropecuários e de extrativismos.

Diante destas medidas adotadas no percurso da história, rastros são deixados. E no caso do Estado de Mato Grosso mais como qualquer outro da região Centro-Norte do país, o processo de “colonização” se deu diante de muita violência e, sem dúvida, de violação direta da vida, da terra e do território.

Podemos observar que neste processo de expansão territorial o capitalismo arquitetou uma estratégia a longo prazo, e vem se consolidando a cada dia no Estado, o que chamam de expansão da “Fronteira Agrícola”.

Dos “colonos” que chegaram nesta época ocupando as “terras sem gente”, poucos ainda residem nestas terras. Foram afogados pelos grandes latifúndios. Latifúndios esses que foram aos poucos formados, através de velhas estratégias de fixação do capitalismo, como a compra, a grilagem, a ameaça, a pistolagem, o trabalho escravo e inúmeras outras formas de aquisição de terras. Pois estes trabalhadores que enfrentaram um território desconhecido, doenças tropicais, medo, insegurança onde foram deixados a “ver navios” pelo Estado brasileiro, tiveram seu papel cumprido nesta parcela da historia: abrir um território duro e hostil, para que o capitalismo através do agronegócio viesse a fincar suas raízes no Mato Grosso.

Com tudo isso se observa que ao longo do curto período histórico os “colonos” vão criando identidade com os territórios por eles construídos. E com isso a necessidade de resistir para não serem expulsos de suas terras. Tem-se cada vez mais a obrigatoriedade de criar e

fortalecer formas de resistência, tais como o associativismo, cooperativismo e até mesmo formas de trabalhos como mutirões, a troca de diárias entre outras. Todas essas são consideradas formas de resistência e de se manter na terra frente ao avanço do capital.

A criação de identidade camponesa tem por necessidade a garantia de políticas públicas para consolidação e manutenção da vida no campo e a própria construção da educação do campo também são formas importantes para a resistência.

A educação foi aos poucos sendo conquistada, porém sempre sendo imposta uma educação que não condiz com a realidade do ser camponês. Historicamente foram implantadas as “Escolas Rurais” onde a educação ali oferecida não se estabelecia através do vínculo com a realidade do ser camponês, assim, se tornando algo sem muita valia e sentido.

Para, além disso, com ao passar do tempo essas escolas rurais começaram a ser fechadas, iniciando um processo de nucleação. Porém, a partir de muita luta, o ano de 1996 é marcado pela consolidação da Educação do Campo, tendo em vista ser este um marco histórico, sendo fruto de processos anteriores, tal como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, onde concede aos povos originários o reconhecimento de seus costumes, língua, organização social, crenças e tradição. Desta forma, neste sentido, os camponeses se organizaram e passaram a lutar por direito a uma educação que condiz com sua realidade. A partir de então a Educação do Campo se torna ferramenta estratégica de resistência e manutenção do ser camponês no campo.

Tendo em vista todo o processo histórico de consolidação e “colonização” dos Estados do Centro-Norte do Brasil, este trabalho foca no processo histórico e atual de consolidação do Capitalismo no Norte de Mato Grosso e como este avanço vem se dando através das múltiplas estratégias adotadas para tal consolidação. Também busca fazer relação da importância do ser camponês (identidade camponesa) para a manutenção dos territórios camponeses, assim como a importância estratégica que a educação do campo tem na permanência dos camponeses em seus territórios e na sua resistência como sujeito coletivo.

Esta pesquisa se caracterizou como um estudo bibliográfico em diálogo com uma pesquisa de campo realizada na Escola Agrícola Terra Nova, Município de Terra Nova do Norte – MT, uma escola do e no campo que cumpre um papel fundamental na resistência dos povos do campo nessa região.

Os resultados e reflexões desta pesquisa apresentam-se aqui organizados em três capítulos. O primeiro deles nominado “A Territorialização do Capital e a Capitalização do Território” busca apontar as estratégias de avanço do capital no Mato Grosso e em especial

na região amazônica do Estado, assim como os conflitos agrários decorrentes desse processo e as lutas pela terra, trabalho, moradia, comida e renda dos camponeses.

O segundo capítulo, “Educação não-formal e resistências orgânicas dos Movimentos Sociais: movimentos, Pastorais Sociais, ONGs e Sindicatos”, busca apontar o papel dos movimentos sociais, pastorais sociais e sindicatos como sujeitos coletivos, como intelectuais orgânicos que atuam no processo de organização e conscientização dos sujeitos do campo. Apresenta-se também o caráter formativo que estes movimentos têm na resistência do campesinato ao capital.

O terceiro capítulo intitulado “Educação do e no Campo: resistências, contradições e a Experiência da Escola Agrícola Terra Nova” apresenta em linhas gerais a concepção e a luta histórica da Educação do Campo e sua relevância política, reafirmação do sujeito camponês e sua resistência ao capital. Também neste capítulo expõe-se a experiência do Colégio Agrícola Terra Nova, no Município de Terra Nova do Norte – MT, e seu papel diante aos processos de resistência dos camponeses na região norte do Estado, e que mesmo com suas contradições demonstra passos importantíssimos para a luta pela transformação social no que se refere ao papel da educação.

Por fim, é importante salientar que este estudo pretende contribuir com as reflexões e análises dos movimentos sociais que atuam na região.

1. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CAPITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PROCESSO HISTÓRICO ATUAL

A territorialização do capital no Brasil se deu de forma exploratória da terra e da força de trabalho. Na relação de bens e mercadorias o território brasileiro no período colonial deu se principalmente na exportação de matéria prima por parte da corte portuguesa, como, por exemplo, o Pau Brasil. Neste sentido como afirma Wood (1998), sempre fomos divididos em classes sociais, constituídas por aqueles que trabalhavam a terra e aqueles que se apropriavam do trabalho dos outros. Assim, “essa divisão entre produtores e apropriadores tem assumido diversas formas dependendo do tempo e do lugar [...]” (WOOD, 1998, p. 2).

No que tange a territorialização do Brasil dentro do período histórico, a mão de obra escrava sempre esteve como uma das principais formas de acumulação e expansão do capital, mesmo que ainda não se encontrasse na organização capitalista social. Como forma de ir se consolidando a territorialização do espaço geográfico brasileiro o território foi dividido em capitanias hereditárias e sesmarias, onde já se desenhava o processo de concentração das terras.

As capitanias hereditárias/sesmarias foram processos legais vigentes no período colonial, isto é, são heranças que provem da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes no referido período (FURTADO, 1989). Essas introduziram as disparidades na distribuição de terras e, futuramente, na concepção mercadológica da terra (FURTADO, 1989). Tendo assim papel fundante na consolidação da formação de latifúndios e início das grilagens de terras. Neste sentido as capitanias e as sesmarias foram um processo de privilégios dado pela coroa a donatários, cuja função social era de exploração e abertura do território para a consolidação do capital.

Sempre no decorrer da história a expropriação territorial, expulsão, dizimação, esteve presente como política de expansão. Os indígenas perderam suas terras, foram dizimados, exprimidos em pequenas quantidades de terras assim sendo tolhidos de sua liberdade territorial. Para suprir a necessidade de expansão territorial, a coroa portuguesa utilizou-se de mão de obra escrava para abrir os territórios e potencializar a produção.

Desde a constituição do Brasil, com o processo de invasão do território, houve processos de expropriação dos territórios ocupados pelos povos originários, do qual foram expulsos e dizimados. As capitânicas hereditárias como forma de ocupação territorial, favoreceu a corte portuguesa, na expansão e exploração dos recursos naturais no Brasil. Conseqüentemente as sesmarias fizeram parte do mesmo processo, retalhando ainda mais o território e intensificando a exploração dos recursos naturais abundante.

Diante destes fatos, o processo de colonização neste período histórico do país, desencadeou a resistência e luta dos povos marginalizados. Essa resistência se deu na perspectiva da sobrevivência e da manutenção da própria vida desses povos. Como por exemplo, os quilombos que são formados no processo de fuga dos cativos escravocratas. Criam-se assim processos de resistência e re-significação da vida a partir de uma nova perspectiva de existência.

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas. (LITTLER, 2002. p.5)

Entretanto, com objetivo da consolidação do sistema capitalista em nível global, a sustentação do regime escravocrata perante o cenário internacional, ficou inviável. No caso do Brasil, Portugal o mantinha como colônia para extração e produção de matéria prima para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, mas, mesmo dentro do sistema capitalista, mantinha relações de produção com características feudais e escravocratas. Assim, para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, exigia-se uma mudança nas relações de produção, que possibilitasse a extração da máxima da mais valia.

Neste sentido, para a manutenção da exploração, e estruturação capitalista fundiária, a Coroa do Brasil, arquitetava estruturas para a negação do acesso a terra às camadas populares.

Diante do processo de estruturação que foi se dando, ao longo do percurso histórico, outras amarrações legais foram se consolidando no território brasileiro. Com o processo escravista perdendo a força diante do cenário internacional, a coroa cria amarrações para dar continuidade à privação da terra.

Em 1850, cria-se a Lei de terras. Esta mesma lei terá influência na negação ao acesso à terra por escravos livres pós 1988. Sendo que a partir desta lei a terra só pode ser obtida mediante

compra. Deste modo os negros livres acabam por terem que vender sua força de trabalho como a única forma de manutenção da vida, tornando assim uma forma legal de escravização diante do modo que se dava essa venda da força de trabalho.

Para tanto, a terra como mercadoria se torna neste período, ponto estratégico de acumulação e poder. Para além da exploração da terra através dos bens nela produzidos ou explorados, a terra se torna território de poder.

Assim, como afirma Oliveira (2016): “a estrada que a história legou ao Brasil, não passou primeiro pela presença cativa da terra, mas ao contrário, passou pela pessoa cativa do escravo. No cativo dos homens, a liberdade do acesso à terra foi negado primeiro, aos negros escravos [...]” (OLIVEIRA, 2016, p.17).

Assim se dá o período de colonização do Brasil e a transição para o sistema capitalista: diante de muita exploração, violência, expropriação da terra e negação dos direitos humanos.

Com a abolição da escravatura, findando o século XIX e início do século XX, acentua-se a chegada numerosa de imigrantes europeus que viram no Brasil a possibilidade de acesso a terra. Porém, o destino destes trabalhadores acabava por se findar em sua maioria, em grandes fazendas de café, cana de açúcar, algodão, entre outras culturas. Sendo que a mão de obra dos negros livres já não era suficiente para dar conta da expansão do capital. Diante disso, trabalhadores provenientes da Europa e Ásia começaram a chegar ao Brasil para trabalhar nos grandes latifúndios.

Ao mesmo tempo em que se intensificava a imigração, os desterrados descendentes de escravos, indígenas e caboclos, se mobilizavam em torno da luta pela “terra prometida”. São as lutas pela terra de caráter messiânico. Como exemplos, podemos citar Canudos, uma comunidade de camponeses que se juntam em torno da liderança de Antônio Conselheiro, (1893), e que foi massacrada pelo exército do Governo Republicano no ano de 1897. Também podemos citar o Caldeirão de Santa Cruz, no Município de Crato no Ceará reunidos em torno do beato José Lourenço (1883- 1913).

No início do século XX (1912 - 1916), temos a guerra do Contestado no sul do país. Sua abrangência se deu no Estado do Paraná e Santa Catarina, onde os caboclos se organizam em torno do monge José Maria na luta pela terra. Esta luta se deu devido ao abandono dos trabalhadores da construção da ferrovia Sul – Sudeste, e expulsão de camponeses destes territórios. Assim, formam-se os redutos da resistência. Tratou-se ainda de uma guerra de expansão territorial, onde parte do Paraguai fora anexada ao território brasileiro.

Com o decorrer do tempo, a luta pela terra se intensifica, assim como também a concentração da mesma, e com isso a luta pelo direito ao acesso a terra. No nordeste,

o cangaço, liderado por Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), tem o caráter de vingança contra o coronelismo, como pano de fundo a luta pela terra, com perfil armado.

Assim, podemos afirmar de maneira geral, que essas são as bases da formação do campesinato brasileiro - categoria antes não existente no Brasil - e dos conflitos agrários que até hoje são fundamentos da estrutura social do país. É este o período do alvorecer camponês, que vai se forjando a luta pela terra no cenário brasileiro.

Já na era de Getúlio Vargas (1930 - 1945), considerado o “pai dos pobres”, com um perfil de governo populista, caracterizou-se pela miserabilidade e abandono do campo, sem ter foco na Reforma Agrária, tendo em vista que a maioria da população brasileira estava no campo.

Uma de suas políticas foi “marcha para o oeste” como parte de um processo de colonização, que visava a ocupação da região Centro – Oeste incentivando a migração para as chamadas “terras desocupadas”. A figura (1) abaixo demonstra a propaganda do período.

FIGURA 01: PROPAGANDA DE INCENTIVO AOS PROCESSOS MIGRATORIOS

(1930)



Fonte descrita em nota de rodapé: ¹

Paralelamente a isso, se acentuam as lutas pelo território, os levantes de camponeses pelo acesso a terra.

Podemos citar as Ligas Camponesas (1945 - 1955), processo esse de organização de trabalhadoras e trabalhadores que a partir de problemáticas de acesso a políticas públicas para o campo, começam a se organizar. Esse levante dos camponeses se caracteriza primeiramente na região nordeste do país e sucessivamente outras regiões. A organização dos camponeses dentro das ligas tem papel fundante no processo histórico devido o marco que finca na luta pela terra. As ligas são sem dúvida precursores dos movimentos sociais que surgem

¹ Propaganda de Incentivo aos processos migratórios nos anos 1930. Figura retirada do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_para_o_Oeste. Acesso em 31 de abril de 2018.

posteriormente no cunho da luta pela terra e direitos sociais. Porém neste decorrer das lutas também podemos destacar a Guerrilha de Porecatu (1947 - 1951), e Trombas e Formoso (1954 - 1957). Lutas estas, que demonstram cada vez mais a necessidade de uma reforma estrutural, com o olhar para a Reforma Agrária.

No governo de Juscelino Kubishek (1956-1961) intensifica-se o incentivo aos investimentos privados e ao processo de industrialização. Isso aperta ainda mais a conjuntura para os camponeses.

Em 1961, já no governo de João Goulart, acontece em Belo Horizonte – MG, o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, com cerca de 1000 delegados provenientes de varias regiões do Brasil. Processo este articulado por várias organizações de camponeses que aflorava no campo brasileiro. O grito de ordem deste Congresso era “Reforma Agrária, na Lei ou na Marra”.

O governo de Goulart era sensível às causas populares, e, nitidamente a partir da pressão popular anuncia um processo de reformas de base em um comício em praça pública na Central do Brasil (RJ) ocorrido em 13 de Março de 1964. Sendo esta a primeira vez que se anuncia a Reforma Agrária no Brasil como política governamental. Porém neste processo de luta pela terra e território não podemos deixar de mencionar a criação do Parque Nacional do Xingu, criado em 1961, onde deu a garantia do território aos indígenas que vinham sofrendo com a expansão do capital no Mato Grosso. Porém, em 1 de abril de 1964, João Goulart é deposto por um golpe civil-militar.

Citamos abaixo alguns trechos do famoso discurso proferido por João Goulart na Central do Brasil que demonstra a ênfase na preocupação com a Reforma Agrária:

[...] O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é “progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”. [...] Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA² com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

[...] Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis

² SUPRA (Superintendência de política agrária) – decreto n.53700 de 13 de março de 64 onde apresenta-se a desapropriação de terras áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e terras recuperadas por investimentos exclusivos da união em obras de irrigação, drenagem, assudagem, terras inexploradas contrariamente a função social da propriedade.

agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas.

[...] Nações capitalistas, nações socialistas, nações do Ocidente, ou do Oriente, chegaram à conclusão de que não é possível progredir e conviver com o latifúndio. A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver.

[...] Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

[...] A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida (MARCELINO, 2009, p.79-89)³.

Tendo em vista a agitação das massas camponesas neste período, e, com a instauração do golpe Civil Militar, o regime ditador cria o Estatuto da Terra pela lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Uma lei que tinha como função esfriar o levante camponês, a execução de uma Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura anunciada no governo de João Goulart. Tendo em vista que a Lei de Terras propunha a destinação das terras devolutas e improdutivas para fins de reforma agrária e sendo que este era o cenário onde se instaurava as grilagens de terras no Brasil. O objetivo fundante desta Lei foi de maquiar uma proposta de Reforma Agrária que nunca saiu do papel.

O regime militar se caracteriza no fortalecimento do processo da revolução verde e a retomada da colonização, assim consequentemente a repressão sobre os camponeses organizados.

O plano ocupacional brasileiro neste período parte dos interesses internacionais, principalmente do EUA, do qual teve atuação direta na implantação do regime militar no Brasil e na América Latina. É nesta perspectiva, do fortalecimento e do avanço capitalista na agricultura, que emerge a retomada da marcha para o Oeste. Com os conflitos agrários e “saturação” dos territórios ao Sul, foram desenvolvidos planos ocupacionais, principalmente na Região da Amazônia, a partir da lógica capitalista, reconfigurando o território brasileiro principalmente a partir da década de 1970.

A Transamazônica foi uma das ações adotadas pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médici no período de ditadura militar dentro da política de expansão territorial amazônica. Um plano ocupacional que tinha como objetivo povoar Amazônia. A estratégia ocupacional se dava na proposta de dar terras aos homens sem terra do nordeste, para as terras sem

³ Trechos do Discurso de João Goulart na Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Este discurso encontra-se na obra de Wanielle Brito Marcelino, que organizou os últimos discursos realizados por João Goulart. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf . Acesso em junho de 2018.

homens da Amazônia, devido a esta região ser considerada pelo regime de Médici um vazio demográfico só comparado a regiões polares. Neste sentido os povos indígenas nunca foram considerados neste processo da expansão das fronteiras agrícolas a não ser enquanto ameaça para o desenvolvimento.

O difícil acesso à região norte também foi usado como forma de justificativa para a construção da Transamazônica, onde a da rodovia traria “avanços” para as populações e para o Brasil. Ainda segundo Médici:

[...] a Amazônia não tinha encontrado sua vocação econômica, pois o cacau, café, a madeira e borracha, o boi, a juta e a castanha, tem sido momentos passageiros de riqueza, momentos que não trouxeram mudanças duradouras à infra-estrutura sócio-econômica, assim a construção da Transamazônica proporcionaria o avanço sócio-econômico para a região. (ARQUIVO NACIONAL, 1970).

Porém, o projeto que não teve sucesso e caiu no abandono. A estrada não trafegável na maioria dos meses anuais, com um povo esquecido as margens da estrada e deste processo. Um projeto que nunca se concluiu.

Como pano de fundo a este contexto, o projeto da construção da Transamazônica apresentado pelo governo militar era uma tentativa de inibir a guerrilha rural, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Bico do Papagaio - Araguaia. O governo brasileiro tinha medo do levante armado e de um processo revolucionário, contexto este pelo que vários países da América Latina vinham passando na época.

No caso do Mato Grosso, principalmente a partir do regime militar de 1964, passa por um processo de expansão da colonização de seus territórios, um plano ocupacional de um Estado considerado de grande extensão territorial e pouco ocupado popularmente.

Neste processo de ocupação, o Estado munido das leis existentes e criadas a partir de então dá início a expansão do capital no campo. Seguindo a lógica da transamazônica na região norte do estado de Mato Grosso, é construída a BR 163, que corta a região norte dando acesso a territórios pouco ocupados pelos colonos e de interesse econômico.

Para efetivação de tal expansão territorial no campo Amazônico em particular, programas e órgãos gestores são criados para dar suporte a este processo de ocupação. Assim os interesses governamentais brasileiros aliados com política estrangeira estadunidense, de apropriação e expropriação da Amazônia se efetivam neste período histórico.

No que diz respeito à colonização privada na Amazônia mato-grossense, muitas empresas tiveram concessões para adentrar neste território que margeia a BR 163.

[...] políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a este processo tais como: PIN (Programa de Integração Nacional com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém), Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste, entre outros. A construção do território capitalista, sob a lógica dos monopólios, produziu frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira. O norte mato-grossense é portador desta diferença histórica. O interesse e a lógica do monopólio privado impuseram-se antes de tudo. É por isso que cada parte daquela imensa região, tem “dono”. Sinope do Enio Pipino, Alta Floresta do Ariosto da Riva, Matupádos Ometto, Juara do Zé Paraná, etc.(OLIVEIRA, 2016,p.161)

O território, como capitalização é fruto de um processo de intensificação de uma proposta de campo pautada nos interesses internacionais e do capital interno. Para isso, inúmeros meios de ocupação territorial e expansão do capital tem se intensificado principalmente a partir da revolução verde, que coincide com início do período da ditadura militar no Brasil.

A revolução verde trouxe ao campo um cenário pautado na destruição da vida. Com as tecnologias desenvolvidas a partir deste período, que inicialmente no Brasil ganha mais força a partir do regime militar. Neste sentido as forças para o desenvolvimento de uma agricultura pautada na lucralidade ganha espaço frente à agricultura camponesa. Sendo que aos poucos esses processos da mecanização e uso de agrotóxicos também atinge a agricultura camponesa - com uma proposta de alta produtividade e facilitação do trabalho com menos mão de obra, e esforço físico e para além disso, o financiamento de políticas públicas voltam - se para a agricultura de grande escala ligada diretamente aos pacotes tecnológicos.

Dentro desse limite que a revolução verde trouxe para o campo uma cadeia produtiva fechada. A pauta da produção do capital enfatiza alguns produtos específicos, voltada para cunho de exportação.

O processo de industrialização dos alimentos é uma forma de descaracterização da agricultura camponesa. Industrialização esta, prevista dentro do pacote da revolução verde, mas de forma cada vez mais intensificada. Neste sentido segue - se uma lógica mercantil de produção sem pautar a vida, a transgenia como forma de monopólio da semente e o uso exacerbado de agrotóxicos, modelo excretor de produção.

O Mato Grosso, considerado o celeiro da produção agrícola do país, também lidera o uso de agrotóxicos, onde em nome da lucralidade não há limites. Podemos assim, observar que o agronegócio se coloca como principal produtor da riqueza, mas não aparece o outro lado da história. Ele se torna o principal produtor da riqueza brasileira a partir da ótica capitalista tendo em vista a modernização do campo agrário da produção. O investimento na propaganda do setor é um dos elementos usados para vender essas inverdades.

Para CANUTO, 2004:

Os avanços tecnológicos aplicados o agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. (CANUTO, 2004, p.3)

Neste sentido a modernização do campo vem atrelada a muita exploração do trabalhador e da terra. O agronegócio provoca consequências desastrosas ao meio-ambiente. Carrega na sua esteira o mais surpreendente e rápido desmatamento de que se tem conhecimento na história brasileira. Este desmatamento atinge dois biomas em especial, o Cerrado e a Floresta Amazônica (CANUTO, 2004).

Podemos observar que mesmo que os números da produção aumentem também aumenta a violência no campo e desmatamento da Amazônia. Com isso a disputa por terra tem se acirrado cada vez mais no Mato Grosso e em especial na região norte. A grilagem de terra e dos territórios dos povos originários em especial dos povos indígenas, marcando cada vez mais uma disputa pela hegemonia da produção agrícola e avanço do capitalismo agrário.

A produção agrícola como maximização do lucro é algo que carrega no seu seio uma lógica de mercado, à qual não atente a população e sim a interesses de grandes empresas e grupos econômicos. A produção de *commodities*⁴ não chega na mesa do trabalhador e sim serve a uma lógica especulativa de mercado, que atente ao capital financeiro, servindo de regulador da balança comercial.

Uma produção pautada na destruição da fauna e da flora, e conseqüentemente dos povos que vivem nestas regiões, onde o avanço do capitalismo agrário é explícito.

A cada tonelada de *commodities*, trabalhadores ficam sem terra, indígenas sem suas florestas e territórios e as filas de desemprego aumentam nas cidades. A produção que destrói a biodiversidade não está pautada nas relações construídas pela classe trabalhadora, e assim cada vez mais o agronegócio vem se arquitetando para a manutenção dos seus interesses.

Diante de toda estruturação do capital, o que fica cada vez mais preocupante é a escravização do trabalhador em conseqüência do desemprego estrutural, que a expulsão dos trabalhadores da terra e o inchaço urbano vêm causando. Cada vez mais cativos escravocratas são estourados e, principalmente, em fazendas ligadas ao agronegócio ou a empresas ligadas ao setor. Se um trabalhador camponês é expulso de sua terra e acaba por

⁴ *Commodities*: Determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de valores em todo o mundo. Possui um valor comercial estratégico. São exemplos de *commodities* petróleo, soja, cana de açúcar, etc.

engrossar as fileiras da miserabilidade nas cidades ou nos campo, pode acabar por vender sua força de trabalho a setores produção agrícola, sendo este o trabalho que sempre desenvolveu na sua vida, mais sem saber que pode ali encontrar formas de trabalho escravo, ficando assim a mercê da sorte.

Historicamente, o Mato Grosso é marcado por conflitos agrários. O processo de colonização, por sua vez, deixa rastros de conflitos marcados por muita violência e negação dos direitos humanos. A questão agrária mato-grossense está diretamente ligada ao próprio processo de colonização do Brasil, sendo este parte do todo, porém de diferentes formas de materialidade, como afirma OLIVEIRA:

A história da Amazônia neste século XX é uma história de rapina, violência, conflitos e luta. É uma história em que os acordos foram sendo firmados para que o saque às riquezas minerais fosse legalizado. É uma história que se confunde com a história do país. Aliás, é parte da própria história do Brasil (OLIVEIRA, 2016, p.44).

Neste sentido, o capitalismo agrário, vem se expandindo através, de acordos concedidos pelo Estado.

A violência no campo está se intensificando. Segundo a Comissão Pastoral da Terra – (CPT), de 1985 a 2017 foram registrados 136 mortes no campo, na luta pela terra e pela manutenção dos territórios. Camponeses, posseiros, retirantes, indígenas, lideranças sindicais e religiosas tiveram suas vidas ceifadas neste processo. Junto com a violência vem a impunidade do Estado, em que os mandantes e os assassinos em sua grande maioria permanecem impunes.

Ao falarmos de conflitos logo destacamos os sujeitos envolvidos neste processo. Assim elencamos como categorias os sujeitos camponeses, indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas.

O estado de Mato Grosso é considerado hoje o celeiro da produção nacional, sendo o maior produtor de soja do mundo. Neste contexto da produção de *commodities*, destaca-se que no cenário matrogrossense se constituem como principais produtos a soja, cana-de-açúcar, a carne, milho, algodão e assim neste novo cenário o que podemos considerar também como produto/mercadoria essencial para a manutenção da cadeia produtiva que vem a ser a energia elétrica.

Juntamente com a produção de bens primários, a cadeia de sustentação do agronegócio se estrutura a partir de grandes empresas multinacionais que se instalam nos territórios com total apoio do Estado brasileiro. Como por exemplo, na atual gestão do Ministério da Agricultura

está o ex-Governador e Senador do Mato Grosso Blairo Maggi, que por sua vez é dono da empresa AMAGGI e maior produtor de soja do mundo e o Deputado Federal Nilson Leitão, líder da bancada ruralista .

Porém, para chegarmos neste contexto atual do desenvolvimento do capitalismo agrário no qual se encontra o cenário histórico e ainda mais latente no que tange o processo de colonização da região norte de Mato Grosso. A violência contra camponeses e povos indígenas sempre atenderam a uma perspectiva de avanço e consolidação do capital frente a Amazônia.

Diante dos elementos trazidos até então, todo o processo de colonização da região a partir da lógica capitalista, pautou-se primeiramente em povoar a região e sucessivamente retirar essa população do campo. Como já mencionado os conflitos agrários são uma estratégia usada para expansão do capital.

No recorte mais atual pode se afirmar que intensificasse os conflitos no campo. Na luta por terra e território e na perspectiva de acesso a terra, camponeses enfrentam a realidade de acampamentos à beira da estrada.

Neste sentido a luta pela terra, tem - se uma conotação muito mais profunda, esta diretamente ligada ao acesso à moradia, comida, trabalho, renda, fatores esses fundantes na manutenção da vida.

Porém essa realidade da luta pela terra a opressão do poder ideológico do Estado, que conta com um grande aparato de repressão, que nega o acesso a terra. Aparado este que vai do judiciário perpassando pelo legislativo e executivo com o apoio dos “cães de guarda” do Estado, o aparato policial. A luta se torna muito desigual na esfera colocada para a classe trabalhadora pela classe burguesa brasileira.

E assim neste sentido, como forma de consolidação do capital agrário frente aos camponeses, os grandes projetos para a Amazônia têm a proposta de alimentar a manutenção do capitalismo, como por exemplo, a indústria da energia no Brasil tem papel fundamental no desenrolar da capitalização do campo.

Os megaprojetos hidroelétricos para a Amazônia são frutos de um processo iniciado no período do regime militar. Os mapeamentos das potencialidades de produção energética dos rios da região fizeram parte de um planejamento em longo prazo para o desenvolvimento da indústria, e por sua vez, indústrias de outras regiões do país.

Mais recentemente, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de 2007, inicia-se a implantação de várias hidroelétricas. Podemos citar Belo Monte no Pará, Santo Antônio e Jirau em Rondônia e, no caso do Mato Grosso, no complexo do Teles Pires

iniciou-se a implantação de 5 hidroelétricas as quais são: UHE Sinop, Teles Pires, Colider, São Manuel e Foz do Apiakas. O processo de implantação destas usinas marca um processo de conflito agrário na região onde camponeses e indígenas lutaram e continuam a lutar para a garantia dos territórios e de indenizações justas. Para além, estas construções gera muita violência cultural e desarranjo de processos centenários e organizações dos povos, influenciando na pesca, nos rituais, na vida como um todo.

De acordo com o “Manifesto Kayabi, Apiaká, Munduruku contra os aproveitamentos hidrelétricos no rio Teles Pires”, divulgado em dezembro de 2011: “As cachoeiras de Sete Quedas, que ficariam inundadas pela barragem, são o lugar de desova de peixes questão muito importante para nós, como o pintado, pacu, pirarara e matrinxã. A construção desta hidrelétrica, afogando as cachoeiras de Sete Quedas, poluindo as águas e secando o Teles Pires rio abaixo, acabaria com os peixes que são a base da nossa alimentação. Além disso, Sete Quedas é um lugar sagrado para nós, onde vive a Mãe dos Peixes e outros espíritos de nossos antepassados—um lugar onde não se deve mexer”. (FÓRUM TELES PIRES, 2017, p. 6)

Neste sentido, a produção de energia não tem como foco o barateamento das tarifas e nem atender as populações, e sim, atender as grandes empresas no processo de produção de manufaturados para exportação. A indústria do ferro, alumínio, manganês são exemplos de processamentos secundários de matéria prima, e que consome uma altíssima quantia de energia. Porém, ficando para as populações rastros de violência e de violações, que nunca vem a ser superados. O projeto para campo é cada vez mais alarmante, sendo que diante deste contexto, a organização popular se torna uma grande saída para a resistência dos povos do campo e das florestas.

2. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E RESISTÊNCIA ORGÂNICA: PRESENÇA DE MOVIMENTOS E PASTORAIS SOCIAIS, ONGS E SINDICATOS

Na luta de classe sempre existiu projetos de sociedade em disputa. A classe trabalhadora sempre pautada na igualdade, luta por direitos e a classe burguesa na exploração da classe trabalhadora. Assim neste processo de busca de saídas, no campo de disputa das ideias, sempre teve a contribuição fundamental de estudiosos, por muitos denominados de intelectuais.

A dinâmica da luta de classes sempre nos exigiu uma compreensão maior da realidade. Assim, neste sentido os intelectuais tiveram e continuam tendo o papel de ajudar nesta compreensão.

A educação popular, sempre esteve presente no bojo dos movimentos sociais, pastorais sociais, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos. Durante o processo de ocupação do território mato-grossense, os camponeses sempre mantiveram uma organização. Organização esta que contribuiu e continua a contribuir na manutenção dos territórios e resistência frente ao avanço do capitalismo agrário.

O trabalho junto a base se caracteriza como um processo de formação, que tange em compreender o meio em que vivem, a fim de encontrar saídas frente ao avanço do capitalismo. Os desafios de pensar os processos formativos sempre estiveram em pauta. Partindo de uma realidade de negação da educação aos trabalhadores/as, torna esse desafio da formação ainda maior. Porém se faz necessário.

Assim neste aglomerado de desafios o papel dos intelectuais se fez e continua a fazer se necessário. O papel destes estudiosos é contribuir na compreensão da realidade, apontar saídas junto à classe trabalhadora, tendo como ponto de partida a própria classe. Sendo que para isso os intelectuais têm que estar no meio do povo para a partir de então saber para onde caminhar, sendo que neste processo o caminho se dá horizontalmente e as decisões são tomadas de forma coletiva, pois o papel dos intelectuais é de contribuir e não conduzir os processos. Não se faz mudança da realidade olhando de fora, o processo tem que ser de forma articulada entre todas as partes, só se muda uma realidade quando se está inserida nela. Portanto o papel dos intelectuais se dá de forma orgânica quando se vive o ciclo como um todo.

Deste modo o papel dos intelectuais orgânicos está diretamente ligada ao processo de ação reflexão, no contingente da totalidade. Ninguém pensa deslocado de uma realidade, a materialidade é o combustível do pensamento e da mudança.

Neste sentido a educação não formal, ou os processos de educação popular vêm ao encontro com essa realidade. Partindo do processo histórico, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs⁵ nas décadas de 1970 e 1980 cumpre esse papel junto aos marginalizados pela sociedade. Podemos constatar neste período o trabalho desenvolvido pela CPT, que na luta pela terra e território sempre foi presença profética, com seus alicerces fincados na Teologia da Libertação⁶, assim a organização do povo toma - se uma conotação de fortalecimento. Sendo neste momento os surgimentos de sindicatos, associações. As formações voltadas ao processo de tomada de consciência, as questões da luta pela terra, produção, organização social, vão dando o tom de um novo período.

No Mato Grosso, essa organicidade se faz necessário frente às grandes problemáticas enfrentadas. Um estado de muitas realidades, rostos, culturas, que foi se constituindo, principalmente a partir da década de 1970. No entanto antes de mais nada as terras mato-grossense sempre foram territórios dos povos originários, que na luta pela garantia dos territórios foram massacrados, dizimados, expulsos, em nome do progresso. Onde exigiu destes povos um novo jeito de se organizar para enfrentar de frente esse avanço onde eram vistos como atraso para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Um exemplo clássico da tomada dos territórios é o caso dos Xavantes:

Os Xavante foram os povos mais atingidos pela invasão agropecuária da Amazônia. Em seus territórios está a maior concentração de projetos agropecuários. A abertura de fazendas financiadas e incentivadas pela SUDAM se incumbiu do contato com os nativos e a consequência foi uma sucessão de genocídios e etnocídios. Entre estes casos, está aquele que envolveu a implantação da Agropecuária Suiá-Missu. Esta agropecuária de propriedade do grupo OMETTO (80%) e Ariosto da Riva (20%) começou a ser aberta em meados dos anos 60, e em 1972, foi vendida ao grupo italiano Liquifarm. Sua superfície era de cerca de 700 mil hectares, implantado integralmente dentro do território dos índios Xavante (OLIVEIRA, 2016, p.307)

Esses casos de violência contra os povos originário fortaleceram a presença de ONGs e Pastorais Sociais na região para junto com os povos lutar pelos direitos a terra e ao território. Porém junto com essas invasões de grandes grupos econômicos, surge a figura dos sem terra,

⁵ Movimento da Igreja Católica, pautada nos princípios da Teologia da Libertação. Organização que fortalece as lutas por direito, principalmente a partir da década de 1970.

⁶ Corrente da Igreja Católica, que a partir da Conferencia Episcopal de Puebla em 1967, faz se opção aos marginalizados da terra. Tem papel fundamental na luta contra o regime militar no Brasil e na América Latina, é berço de movimentos sociais no Brasil tal como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

que por sua vez se deslocam de suas origens para servirem de mão de obra barata ou escrava a estes grupos e quando já não serviam mais ficavam a mercê da sorte, se tornando assim posseiros, boias frias entre outras categorias.

Na luta por terra o surgimento dos movimentos sociais na região norte do estado de Mato Grosso contribui e continua a contribuir no processo de organicidade do povo. No início dos anos 2000 ocupações de terras improdutivas transformam a configuração da região marcada por muitos conflitos. Porém, até hoje existem muitas famílias acampadas em busca de um pedaço de terra, fruto do descaso dos desgovernos. Neste sentido a educação e organização popular dos movimentos sociais e pastorais continuam a cumprir um papel fundamental junto aos desassistidos pela reforma agrária. Forma de luta se fortalece na região a fim de fortalecer a luta por terra e territórios livres, mutirões, intercâmbios, são exemplos de organicidade para discutir e fortalecer a luta na região. Para completar o ciclo do dado momento histórico, os grandes projetos previstos para a Amazônia vêm trazendo insegurança para famílias da região. As hidrelétricas cumprem o papel do avanço do capitalismo frente às comunidades camponesas e povos originários onde colocam os movimentos e demais organizações a se organizarem para enfrentar esses projetos que visam somente o lucro de empresas sem levar em consideração a vida das pessoas.

Nas imagens abaixo, demonstramos a contextualização de alguns destes processos de formação, realizado por movimentos sociais, pastorais sociais entre outras organizações.

FIGURA 2: FORMAÇÃO REALIZADA PELO MAB



FONTE: MAB (2018).

A figura 2, corresponde a um processo de formação junto à juventude atingida pelos projetos de hidronegócio na região norte de Mato Grosso. Processo de formação que a partir da base o MAB vai se fortalecendo e criando raízes.

Os processos de formação realizados pelo MAB, vão ao encontro com as demandas locais articuladas com as nacionais, tais como, estudar e compreender como se organiza o setor elétrico no Brasil, processos de tomada de consciência a partir dos enfrentamentos diretos e indiretos com as construtoras, agitação e propaganda para divulgação das pautas e lutas no diálogo com a sociedade, gênero no âmbito na importância da participação da mulher nas tomadas de decisões, trabalho de base para massificação da luta. Neste contexto a formação é a partir do diálogo das necessidades, e a partir das demandas da comunidade, porém dentro de uma estratégia maior. Os processos de formação se dão na realidade, dentro do contexto de luta e articulações com outras organizações no âmbito de recursos, onde com o mínimo de condições pode se desenvolver atividades formativas para interferir na realidade concreta. O MAB só existe por

que existem processos de violações de direitos humanos, portanto o MAB é um movimento de massas construído por pessoas e movido pelas contradições que levam a uma práxis cotidiana. Contudo fica evidente que no processo dialético da práxis na luta contra o avanço do capitalismo agrário frente aos povos do campo e floresta, vai se fortalecendo diante da unidade, da formação, leitura da realidade e de muita coragens desses povo e demais sujeitos que se colocam contra o capital, pois, neste caminha de enfrentamento às armas são somente a luta organizada.

3. EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: RESISTÊNCIAS, CONTRADIÇÕES E A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA AGRÍCOLA TERRA NOVA

A educação é pauta de muitas discussões no processo histórico e atual. Lutar pela educação pública nos dias atuais é assumir uma posição de classe e de projeto de sociedade. Para os povos do campo este debate sempre foi material de muitas discussões e implicações. A educação sempre foi negada a esses sujeitos. Porém, diante da luta, espaços foram se construindo para que se quebrasse esse paradigma. Escolas Rurais, Escolas Técnicas e sucessivamente as Escolas do/no campo, surgem no cenário brasileiro, cada uma atendo a uma dinâmica, lotada num tempo histórico.

As Escolas Rurais surgem no contexto de atender ao público rural. Esse processo educacional no percorrer da história e de sua construção, foi se forjando carregada de preconceitos, atribuição ao público rural a partir do contexto social, assim como afirmam Fernandes e Molina [2005]:

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (FERNANDES; MOLINA, 2005, não paginado)

Neste sentido, a educação rural sempre esteve impregnada do pensamento conservador, uma educação que nunca partiu da realidade dos sujeitos camponeses. Assim esta educação pensada para os sujeitos e não com os sujeitos é uma reafirmação da negação, pois, os sujeitos não se veem na educação proposta, assim não tendo sentido para as suas vidas.

Este movimento de negar o camponês é algo pensado para o campo dentro de uma lógica de fortalecimento da ideologia burguesa. A educação rural movimentou e se movimenta para reafirmar o processo de industrialização/modernização do campo que nasce com a revolução verde, num contexto fervente da luta pela terra.

A educação precária oferecida, carregada de pré-conceitos e conceitos, que negam os sujeitos, seguem até hoje fortalecendo o paradigma do atraso. Diante disso além da educação oferecida para esses camponeses não atender a sua realidade ela segue os moldes da educação urbana, reproduzindo-se nas Escolas Rurais.

Trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebemos menores rendimentos por seu trabalho. Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas [...] (RIBEIRO, 2012, p.295)

Neste movimento ainda pode se constatar outros processos que levam ainda mais a uma precarização da educação aos camponeses:

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais. (RIBEIRO, 2012, p.295)

Assim podemos caracterizar esses processos de formação oferecida até hoje nas áreas rurais, como uma educação precária e em sua grande maioria com estruturas físicas de baixo nível. Cumpre - se assim um papel de desmonte da educação já na sua essência.

De outro lado, escolas técnicas rurais, que ao chegar no Brasil para atender uma demanda de modernização do campo a partir da lógica capitalista, que têm como objetivo:

Ensinar o manejo de instrumentos, técnicas e insumos agrícolas era o objetivo das escolas rurais de nível técnico, além do relacionamento como mercado no qual o camponês teria de vender a sua produção para adquirir os “novos” produtos destinados a dinamizá-la, conforme registra a história da educação rural. Desta forma, a perda da autonomia dos agricultores, associada à imposição de um conhecimento estranho àquele que é “transmitido e aperfeiçoado de pai para filho (RIBEIRO, 2012, p.298)

As escolas técnicas partem da perspectiva da modernização do campo, diante da lógica do avanço do capital diante dos territórios. A formação de jovens camponeses diante desta lógica atende à demanda da revolução verde, que era de implantar no campo brasileiro a perspectiva agrícola de grande porte, partindo da produção de monocultivo. Porém, para dentro das propriedades rurais esta lógica de ensino serviu para fortalecer a lógica dos minifúndios. A formação de técnicos agrícolas ajudou a discernir a proposta da agricultura convencional, que acaba por ser vazia, pois não atende as perspectivas da vida.

O sentido lógico da educação voltada ao tecnicismo agrícola proposto pelas escolas técnicas, sempre foi de formar quadros para o agronegócio, seja ele para atuação direta em grandes lavouras, seja na agricultura familiar ou mesmo nas casas agropecuárias, sendo neste sentido para disseminar um projeto de campo. Projeto esse que visa o esvaziamento do campo e a negação dos territórios e dos sujeitos que nele vive e resiste.

Sendo assim, pode se constatar o cenário do fortalecimento do capitalismo no campo através das Escolas Familiares Rurais, onde o ensino acaba por ser pautado na lógica capitalista, onde a agricultura familiar é tida como minifúndios da reprodução da lógica do agronegócio, e por outro lado as escolas rurais partindo de um ensino do meio urbano aplicado no campo, e para além com escolas pouco estruturadas defasando ainda mais o ensino.

No que tange esses projetos de campo como processo de luta e resistências dos povos do campo tem a Educação do Campo como contra ponto a esses projetos.

A educação do campo contribui no fortalecimento das lutas dos sujeitos do campo a partir da resistência dos movimentos sociais por uma educação que valorizasse os camponeses. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST se torna o principal debatedor em torno da educação do campo a partir de meados dos anos 1990. Porém, vale ressaltar que neste movimento por uma educação de condissesse com a realidade, 1988 os povos da floresta conquistam direitos concretos na constituinte, em 1989, em meio aos seringais do Acre, Chico Mendes e Mari Alegrette criaram a primeira escola para seringueiros no Brasil, com material e calendários diferenciados, sendo estes movimentos fundamentais nas conquistas posteriores da Educação do Campo. Desde o seu surgimento nos anos de 1980 o MST já demonstrava preocupação em torno da educação de seus jovens e crianças, que estavam em assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Diante destas constatações surge a necessidade de formar seus próprios educadores, para que assim pudesse fortalecer a identidade da educação transformadora a partir da realidade.

Neste sentido as articulações em torno deste processo começam a se movimentar em torno da realização do 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária em (1997), sendo este o “ponta pé” para o movimento da Educação do Campo. Sucessivamente em 1998 realiza-se 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, gerando assim a Articulação Nacional por uma Educação do Campo e ficando o marco da Educação do Campo como nomenclatura e resistência.

A busca por uma educação que fosse pautada na realidade dos sujeitos, assim, neste sentido, uma educação que visasse a agricultura, o trabalho à luta de classe:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de

país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p.259).

A educação do campo como reafirmação do camponês, enquanto sujeitos produtores de conhecimento. Uma educação que responda a angústia da negação ao direito de estudar a partir de sua realidade, feita pelos próprios sujeitos camponeses:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos senão apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido (CALDART, 2012, p.263).

Assim, partindo destes debates, a Educação do e no Campo toma corpo no cenário de luta da classe trabalhadora. Fortalecendo as lutas internas, e saídas do micro para o macro, na busca de políticas públicas que atendessem à realidades específicas. Porém, a partir do momento que se ergue a bandeira da educação do campo, várias pautas acompanham, pois pensar a educação do campo e pensar projeto de campo e de sociedade, outros questionamento surgem neste processo, só que no sentido de dar liga a essa discussão e fortalecer ainda mais os debates em torno do tema.

Entretanto, como defender a educação dos camponeses sem confrontar a lógica agricultura capitalista que prevê sua eliminação social e mesmo física? Como pensarem políticas de educação no campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente? E ainda, como admitir como sujeitos propositores de políticas públicas movimentos sociais criminalizados pelo mesmo Estado que deve instituir essas políticas? (CALDADART, 2012, p.263).

Esses questionamentos levam a um profundo estudo, por parte de educadores e educadoras que se desafiam na construção de uma educação libertadora neste período histórico.

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seussujeito se suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, emoras e organize em torno dela (CALDART, 2012, p.263-264).

Pensar uma educação do/no campo é levar em consideração todos esses fatores trazidos por Caldart (2012), é pensar a partir do chão que se pisa. Os elementos do campo incorporado à educação ajudam a fortalecer o projeto de sociedade pautado pela classe trabalhadora, pois, a Educação do Campo nasce da prática:

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. (CALDART, 2012, p.264).

Para tanto esse processo histórico da Educação do campo nos revela o quão se faz necessário. Educação liberta, emancipa e transforma realidades. Nestas duas décadas de luta e resistência da Educação do Campo, a cada dia novos desafios aparecem e assim servem enquanto prática da ação reflexão para novos passos. A Educação do Campo não esta pronta mais em constante construção.

A Escola Agrícola Terra Nova, situa-se no Projeto de Assentamento HIJ – Decima Agrovila dentro do município de Terra Nova do Norte, cidade ao norte do Estado de Mato Grosso. Terra Nova do Norte é fruto de um processo de colonização do final da década de 1970, resultado de uma parceria do Governo Federal, Governo Estadual com a Cooperativa Agrária de Canarana sediada no Município de Canarana – MT. Este processo se deu a partir do despejo de trabalhadores que ocupavam a terra indígena do povo Kaingang no Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido as famílias que ficaram desassistidas de terra, assim sendo fechado um acordo entre Governos Estaduais e Federal, e grande parte dessas famílias são alojadas em Terra Nova. A partir deste processo e de outras formas de colonização que foram se dando, Terra Nova do Norte torna se município emancipado em 13 de Maio de 1986, desmembrando se da Cidade de Colider.

Para atender à demanda da educação do município é seguida a lógica da educação rural, assim escolas são instaladas nas agrovilas para atender as necessidades locais. Porém com ao passar dos anos tem-se uma preocupação maior com a qualidade do ensino onde se começa a discutir um novo tipo de educação. Neste sentido a gleba São João dá um passo importante neste debate ao sugerir e propor a educação por alternância. Com o decorrer a proposta se amplia ate chegar na Escola agrícola terra Nova. A Escola Agrícola Terra Nova surge na proposta de suprir os anseios das demandas dos camponeses, partindo da lógica da produção, geração de renda e manutenção da juventude no campo. Para fortalecer este processo a agroecologia relaciona-se os processos de ensino e produção, assim como afirma o educador da Escola Vinicio Figueiredo:

A Escola surge no ano de 2010, precisamente no mês de agosto, mas a sua proposta vem dar sequência ao antigo “Projeto Viver do Campo” (2006) da então antiga Escola São Pedro. A necessidade de suprir um ensino de qualidade aos então jovens

do campo tanto no combate ao êxodo rural, como em um ensino voltado à realidade dos estudantes fortalecendo agricultura familiar (Vinício Figueiredo, Julho de 2018).

Para este momento do trabalho, será apresentada a experiência da Escola Agrícola Terra Nova com objetivo de evidenciar o trabalho que a Escola desenvolve tendo a prática pedagógica como partida e como a Escola faz contraponto ao projeto hegemônico de campo. E para tal, identificar o que há de Educação Rural e Educação do Campo presente na Escola Agrícola Terra Nova. Para tal realização do trabalho o autor pôde contar com uma visita a campo para fazer os levantamentos de dados, onde pôde realizar entrevista ao corpo discente e docente e tendo acesso ao Projeto Político pedagógico (PPP) e ao planejamento escolar para 2018.

Neste sentido diante do que apresenta PPP, pode-se identificar que há uso de conceitos que são da prática da Educação Técnica Rural, sendo que em outros momentos conceitos ligados a Educação do Campo. Esses conceitos por sua vez representam duas propostas de campo diferentes.

Conceitos como Educação Profissional, Agricultura Familiar, Meio Rural e Clientela, aparecem no corpo do PPP. Estes conceitos estão pautados no princípio das Escolas Técnicas Rurais. Diante da lógica capitalista de campo implantada no Brasil, esses conceitos reforçam um projeto de campo que nega o camponês. Pois quando falamos de agricultura familiar, estamos falando de uma proposta de transformação da realidade do campo a partir da lógica do agronegócio, no que tange o campo de disputa, onde nos cabe subverter essa lógica. Assim tendo como base para essa análise a Educação do Campo diante dos princípios construídos durante o processo histórico. Falar em meio rural é fortalecer a ideia capitalista para o campo, para além quando fazemos a ligação com uma educação profissional que vê o educando como clientes. Ou seja, neste sentido, esses conceitos estão intrincados de intencionalidade e proposta de campo.

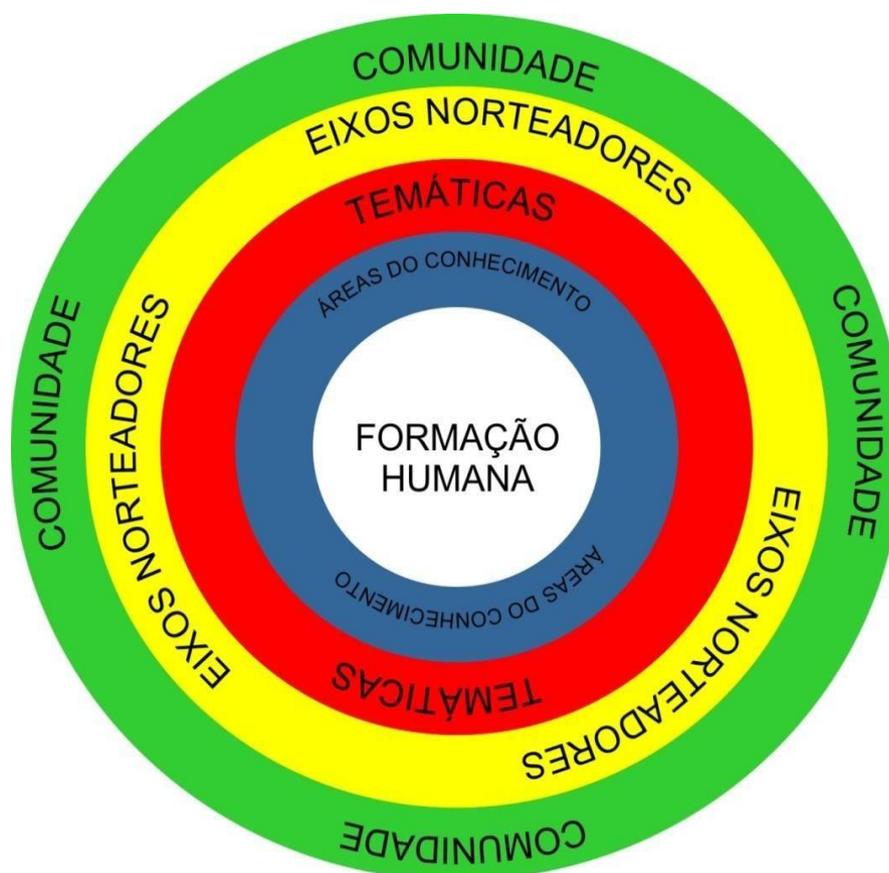
Por outro lado quando aparecem os conceitos junto ao PPP, tais como, Campo, Educação do Campo e Agricultura Camponesa, reafirmam a proposta de campo que se tem como ideal para contemplar as especificidades dos sujeitos camponeses e assim marca território numa lógica de disputa contra hegemônica que a Educação do Campo vem travando historicamente.

Diante disso pode-se perceber que o PPP da Escola Agrícola Terra Nova é do ano de 2009, não havendo assim novas reformulações, onde diante do apresentado e da realidade concreta atual desenvolvida pela escola já não atende as especificidades reais, pois a escola já avançou no que tange o prático-teórico.

Tendo em vista que a Escola Agrícola Terra Nova, oferece o curso Técnico em Agroecologia, cabe analisar a prática pedagógica que a escola desenvolve, partindo da perspectiva da Educação do Campo.

A Escola Agrícola Terra Nova trabalha a partir da organicidade da Formação Humana, Área do Conhecimento, Temáticas, Temas Norteadores e Comunidade, como demonstra o imagem abaixo:

FIGURA 3: ORGANICIDADE PEDAGÓGICA DA ESCOLA AGRÍCOLA TERRA NOVA:



FONTE: Escola Agrícola Terra Nova.

Assim tendo como central a formação humana. Partindo desta perspectiva o processo acaba por se dar de forma dialética não fragmentada, a partir da porção da realidade. A base da educação transformadora parte do humano na e com a natureza. A área do conhecimento abrange uma relação mais direta com a realidade partindo dos temas norteadores e tendo a comunidade como difusor dos aprendizados e na relação dialética do ensino aprendizagem.

Para concretude do trabalho proposto a Escola se desafia na proposta da alternância, desafio este que tem como objetivo o desenvolvimento de um trabalho que parta da necessidade e realidade dos sujeitos educandos, assim como relatado pelas educandas Carla e Aline:

O Colégio Agrícola Terra Nova surgiu no ano de 2010, a partir da necessidade de ter um ensino diferente onde os estudantes pudessem obter conhecimento permanecendo uma semana na escola e passá-lo para a família e comunidade, incentivando a todos boas práticas agrícolas, ao voltar para casa, desta forma, trabalhando em sistema de alternância (Carla e Aline, Julho de 2018).

Onde nos leva a compreender e reafirmar a necessidade da educação por alternância, pois assim contempla a realidade dos sujeitos, como reafirmado pelo educador Vinício:

O tempo comunidade é para a escola uma via de mão dupla, tanto se pode encaminhar os conhecimentos, como também recebê-los. Por meio de pesquisas os estudantes tornam-se ativos as suas realidades, trazemos conhecimentos empíricos e retornam com os científicos, também a observação o coloca como ser transformador de sua realidade/comunidade (Vinício Figueiredo, Julho de 2018).

Assim pede se constatar na proposta o papel transformador que a alternância desempenha quando inserido na realidade concreta.

Para dar conta desta demanda educacional, a Escola se organiza por área do conhecimento tendo como base a interdisciplinaridade, objetivando assim uma maior abrangência do ensino aprendizagem e proporcionando uma maior relação com a realidade. Estando dividida em cinco áreas do conhecimento, sendo elas: Linguagem, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Exatas e Agrárias. Neste sentido conseguindo uma maior abrangência da proposta pedagógica na dialética com a realidade.

As aulas seguem a estrutura que busca contemplar os tempos pedagógicos propostos pela escola, no sentido de atender demandas internas e externas. Neste sentido a prática está diretamente ligado ao aprendizado, ou seja, a materialização dos conteúdos teóricos e para além desta perspectiva tem-se o objetivo material da produção de alimentos para a manutenção da escola. Assim o educando compreende a importância do estudo a partir da prática.

Neste sentido, a Escola compreende a importância das trocas de experiência com outras realidades, como por exemplo, no desenvolver de aulas a campo, em parcerias com assentamentos da reforma agrária com base em movimentos sociais, como forma de se apresentar diferentes perspectivas de organicidade social e produtiva. Assim trazendo o debate para o interior da escola ligando as práticas internas no campo do micro e do macro na perspectiva do teórico prático.

Diante deste contexto para dar conta do trabalho teórico prático opta pelos grupos de trabalho. Estes grupos têm por objetivo o aprofundamento teórico no concreto objetivado e assim tendo para cada grupo de trabalho um educador que acompanha os trabalhos, a fim de sanar, problematizar e assim ir construindo coletivamente possibilidade de resolução aos problemas que vão surgindo e construído novas possibilidades. Assim estando estruturados da seguinte forma:

Administração: Controlar as entradas e saídas de produtos.

Animal 1: Produção de carne de suínos e aves.

Animal 2: Produção de carne de ovinos e leite de bovinos.

Construção: Construir estruturas para o desenvolvimento das atividades dentro da escola.

Ferramentas: Manutenção das ferramentas e equipamentos utilizados nas demais atividades.

Fruticultura e Viveiro: Cuidar das frutíferas, e produzir mudas para as demandas da Escola.

Horta: Produção de hortaliças e leguminosas.

Lavoura: Produção de alimentos.

Mídia: Registrar, sistematizar e divulgar as atividades da Escola, nas mídias de acesso da Escola.

Organização: Manutenção do espaço físico da Escola.

Processamento de Alimentos: Produzir e processar os alimentos da Escola.

Todos os grupos de trabalho são fundamentados no movimento da teoria-prática e teoria, partindo dos conhecimentos já existentes por parte dos estudantes. Os grupos de trabalhos

para além do aprendizado teórico prático, têm como finalidade a manutenção da própria Escola.

O tempo comunidade que ocorre uma semana igualmente ao tempo escola, se desenvolve de maneira prática e teórica, os educandos têm a tarefa de desenvolver as práticas apreendidas na escola, tendo a comunidade e sua casa como meio de desenvolver e potencializar os aprendizados. Para além, atividades coletivas dos educandos da mesma comunidade são desenvolvidas dentro das comunidades, sendo no âmbito prático ou teórico. O acompanhamento do tempo comunidade se dá de maneira processual com visitas periódicas dos educadores às famílias e comunidade para avaliação, propor e aprender, num volver dialético.

Assim também neste processo de investigação da realidade, o tempo comunidade tem o papel de potencializar os processos investigativos do educando. Neste sentido partindo da realidade de cada educando é levantado temas geradores/norteadores partindo das necessidades individuais e coletivas, da casa e da comunidade, este momento tem fundamental importância no processo do ensino aprendizagem pois trabalha a curiosidade a pesquisa, e assim perpassando todo o período formativo do educando e o auxiliando nas relações entre a prática e a teoria.

Diante dos elementos apresentados, o processo de avaliação do educando é parte importante deste processo, tendo em vista a dinâmica das atividades desenvolvidas pela escola. A avaliação acontece no âmbito processual, onde todos meios desenvolvidos pela Escola para a construção do conhecimento é levado em consideração, assim diante do diagnóstico inclusivo e formativo. Para mais é utilizado a metodologia de caderno de campo, onde o educando registra as atividades do tempo comunidade por área do conhecimento. E o educador utiliza a metodologia de ficha de atividades, para assim poder apontar processos do desenvolvimento individual.

Para tal, diante dos elementos apresentados sobre os processos práticos pedagógicos da Escola Agrícola Terra Nova, pode-se constar a influência direta na luta contra a hegemonia capitalista presente no norte de Mato Grosso. A experiência da Escola nasce como uma proposta nova dentro da educação do Estado, de forma processual cria-se corpo, onde na sua proposta inicial, abrangeria os educandos do próprio município de Terra Nova do Norte, sendo que hoje sua abrangência chega a mais de doze municípios da região, sendo que com representantes de cidades do Sul do Pará. Isso demonstra o fortalecimento da proposta pedagógica construída coletivamente entre comunidade e Escola, pois, tem-se a clareza que um não é isolado dos outros, porém intricados na mesma realidade.

O desafio dado de trabalhar a partir da agroecologia, dentro de uma realidade agressiva do agronegócio, tem despontado como uma das principais ferramentas mobilizadoras. Fazer o contra ponto a hegemonia capitalista através da escola tem sido fundamental para a vida dos camponeses e a manutenção dos seus territórios a partir da geração de renda, permanência da juventude no campo, diversificação da produção e qualidade de vida, que a Escola Agrícola Terra Nova vem proporcionando através da prática pedagógica.

CONCLUSÃO

O Mato Grosso é marcado por um processo de colonização violento. Tendo em vista que o capitalismo no campo hoje assume como hegemonia frente ao cenário brasileiro, as estratégias adotadas perpassaram o período de colonização. Os imigrantes que vieram para o Estado serviram de mão de obra para a consolidação de uma objetivação em longo prazo. Um Estado pouco conhecido e de grandes desafios aos poucos foi se abrindo frente a esperanças dos pobres, marginalizados da terra, que ao serem excluídos dos planos propostos da região Sul, viram na Amazônia a chance de se libertar e enfim ter uma vida digna. Porém, neste contraste o embate direto com uma realidade nua e crua foi se dando, ocupar uma terra que já existia donos. Os povos originários foram colocados em xeque neste processo e por sua vez foram dizimados, tolhidos de sua liberdade.

Neste processo de expansão do capitalismo no campo, os colonos tiveram e continuam a ter que se organizar para fazer resistência frente ao avanço do capital. A organização popular sempre como saída se faz necessária e de suma importância neste cenário histórico e atual. O trabalho junto as bases a partir dos Movimentos Sociais, Sindicatos, Pastorais Sociais e ONGs, cumprem um papel fundante na organização das comunidades camponesas e povos originários. A luta por direitos a terra e ao território se intensifica diante de um cenário opressor, que se configura através de múltiplas facetas da violência.

Assim no processo de fortalecimento da resistência, a Educação do Campo se configura enquanto aspecto fundamental na resistência das comunidades camponesas frente ao avanço do capitalismo agrário. Neste contexto da Educação do Campo a Escola Agrícola Terra Nova, cumpre um papel de contra hegemonia no campo na região norte do Estado de MT. Tendo em vista a sua formação prático teórico, fundada no processo dialético entre Escola e comunidade. A diversificação da produção a partir da agroecologia e a manutenção da juventude no campo.

Lutar se faz necessário a cada instante na vida dos povos do campo, águas e florestas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO NACIONAL. **A Transamazônica – 1970**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZdJjxzFLLHM>> Acesso em: 25 set. 2018.
- CALDART, Roseli Salete et al (org.) **Dicionário de Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 28-34.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.
- CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão. **Revista NERA** – ano 7, n. 5- ago./dez. 2004 – ISSN 1806-6755.
- CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 295-301.
- FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C. **O Campo da Educação do Campo**. [2005]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf> .
- FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol. 4 Nº 7. jul./dez, 2009.
- FÓRUM TELES PIRES. **Barragens e Povos indígenas no Rio Teles Pires**: Características e Consequências de Atropelos no Planejamento, Licenciamento e Implantação das UHEs Teles Pires e São Manoel. “Relatório de Análise do Processo de Licenciamento”. Alta Floresta, Brasília, 2017.
- FURTADO, Celso. **Pequena Introdução sobre o Desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.
- MARLENE, Ribeiro. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 295-301.
- MARCELINO, Wenielle Brito (Org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNG, 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. 1 ed. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Pela produtividade. Revista NERA – Ano 7, n.5. ago./dez. 2004.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia**: a Ilusão da Terra Prometida. 2 ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.
WOOD, Ellen Meiksis. As Origens Agrárias do Capitalismo. In **Revista Crítica Marxista**.
São Paulo: Boitempo, v.1, n.10, 2000.